



LDO 2025

SÃO JOÃO DA FRONTEIRA - PI

ID: 6ACD047A5A9D4



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



LEI Nº 261/2024 – LDO 2025

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2025 e dá outras providências.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de São João da Fronteira – PI, para o Exercício Financeiro de 2025, nos termos do art. 165, § 2º da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, da Lei Nº 4.320/64, Portaria STN nº 406 de 20/06/2011 e nos termos da Lei Complementar Federal Nº 101/00, compreendendo:

- I. Das prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II. As diretrizes gerais e específicas para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- III. A organização e estrutura dos orçamentos;
- IV. Disposições relativas à Dívida Municipal;
- V. Disposições sobre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;
- VI. As disposições relativas aos dispêndios com o Pessoal e Encargos Sociais;
- VII. As disposições sobre alterações tributárias do Município e medidas para o incremento da receita, para o Exercício Financeiro correspondente;
- VIII. Os anexos de metas fiscais e riscos fiscais;
- IX. Outras disposições.

Parágrafo Único - As diretrizes aqui estabelecidas orientarão na elaboração da Lei Orçamentária Anual do Município, relativa ao referido Exercício Financeiro.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o Exercício Financeiro de 2025 serão fixadas em consonância com o Art. 4º da Lei Complementar 101/00, bem como o Art. 165, § 2º, da Constituição Federal, em que são específicas no Anexo I, que integra esta Lei, a serem detalhadas na programação orçamentária para o Exercício Financeiro de 2023:

Parágrafo Único - Na elaboração do Projeto de Lei do PPA (Plano Plurianual) e da proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2025, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesas orçadas com a receita estimada, de equilíbrio das contas públicas, significa dizer que as metas estabelecidas não constituem limite à programação de despesa.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES PARA LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 3º. Caso seja necessário a adoção de limitação e empenho das dotações orçamentárias e a movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9 da Lei Complementar Federal nº 101, 2000, esta será fixada de forma proporcional à participação dos Poderes no orçamento, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal em execução.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 4º. A Lei Orçamentária Anual obedecerá a elaboração do Orçamento do Município de São João da Fronteira – PI, relativo ao Exercício Financeiro de 2025, as diretrizes gerais e específicas de que trata este capítulo consubstanciadas no texto desta Lei.

Art. 5º. A receita total é estimada no mesmo valor da despesa total.

Art. 6º. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2025 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas em todas as umas dessas etapas.

Art. 7º. A Lei Orçamentária Anual poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2022/2025, que tenha sido objeto de projetos de Leis específicas.

Art. 8º. A elaboração da Proposta Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2025 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus fundos e entidades da administração Direta e Indireta, assim como a execução obedeceram às diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 9º. As receitas serão estimadas e as despesas fixadas, tendo como base a execução orçamentária observada no período de janeiro a junho de 2024, observando-se:

- I. Os valores orçamentários na forma do disposto neste artigo poderão, ainda, ser corrigidos durante a execução orçamentária por critérios que vierem a ser estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.
- II. Os programas e projetos em fase de execução, desde que reavaliados à luz das prioridades estabelecidas nesta Lei, terão preferência sobre novos projetos.
- III. A Lei Orçamentária Anual observará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os efeitos econômicos decorrentes da ação governamental.
- IV. A manutenção de atividades existentes terá prioridade sobre as ações expansivas.

- V. Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas com o custeio administrativo e operacional.
- VI. O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita proveniente de impostos e das transferências de recursos de decorrentes na manutenção e desenvolvimento do ensino, em cumprimento ao disposto no art. 212 Constituição Federal, ficando asseguradas dotações orçamentárias próprias para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma do disposto na Lei nº 9.424, de 24 dezembro de 1996.
- VII. A aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde cumprirá ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, que determina que a partir de aplicada deva ser no mínimo 15% (quinze por cento);
- VIII. Constará da Proposta Orçamentária o produto das operações de crédito autorizado pelo Legislativo, com destinação e vinculação a projeto específico.
- IX. Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e observadas às metas programáticas setoriais constantes na presente Lei.
- X. Toda a despesa relativa a Dívida Pública Municipal constará da Lei Orçamentária, compreendendo juros, amortização e outros encargos.
- XI. Será estabelecido a Reserva de Contingência, em até 1% (um por cento), cuja forma de utilização e montante, estará definida com base na Receita Corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 10º. As despesas à conta de Investimentos em Regime de Execução Especial, somente serão permitidas para projetos ou atividades novas, decorrente de calamidade pública declarada pelo Município, na forma do Art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 11º. O Poder Executivo poderá firmar convênio, com vigência máxima de 02(dois) anos, com outras esferas de governo, visando o desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, esporte e lazer, obras e serviços gerais, dentre outros necessários ao desenvolvimento do Município, podendo firmar termos aditivos aos respectivos convênios.

Parágrafo Único. As contrapartidas financeiras de convênio, acordos e/ou empréstimo, em qualquer caso serão estabelecidas de modo compatível com a capacidade do Município.

SEÇÃO II

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS

Art. 12º. O Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por Decreto, compreendendo seus órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Município.

§ 1º. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas

respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguir discriminado:

DESPESAS CORRENTES

- Pessoal e encargos sociais;
- Juros e encargos da dívida;
- Outras despesas correntes.

DESPESAS DE CAPITAL

- Investimentos;
- Inversões financeiras, nelas incluídas quaisquer despesas com constituição ou aumento de capital de empresas;
- Amortização da dívida.

RESERVA DE CONTINGENCIA:

- Reserva de Contingência.

§ 2º. A categoria de programação de que trata este artigo será identificada por projetos e atividades, tituladas individualmente e com indicação sucinta de metas que caracterizam o produto esperado de ação pública.

§ 3º. No Projeto de Lei Orçamentária Anual será atribuído a cada Projeto e Atividade, sem prejuízo da codificação funcional programática adotada um código numérico sequencial.

§ 4º. A modalidade de aplicação dos recursos será expressa através de códigos indicadores com a seguinte tipologia, podendo ser alterada para atender a conveniência da execução orçamentária:

- I. Transferência à União (20);
- II. Transferência a Estados e ao Distrito Federal (30);
- III. Transferência a Municípios (40);
- IV. Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos (50);
- V. Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos (60);
- VI. Transferências a Instituições Multigovernamentais (70);
- VII. Transferências a Consórcios Públicos (71);
- VIII. Transferências ao Exterior (80);
- IX. Aplicações Diretas – Administração Municipal (90);
- X. Aplicação Direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social (91);
- XI. A definir (99).

(Continua na página seguinte)



LDO 2025

SÃO JOÃO DA FRONTEIRA - PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



Art. 13º. As operações de crédito por antecipação da receita, contratadas pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do Exercício Financeiro; em que forem contratadas.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art.14º. Acompanharão o Projeto de Lei Orçamentária Anual:

- I. Texto do Projeto de Lei;
- II. Quadros consolidados contendo as seguintes informações dos orçamentos:
 1. Demonstrativo das receitas e despesas por categoria econômica;
 2. Receitas segundo as categorias econômicas;
 3. Natureza da despesa segundo as categorias econômicas;
 4. Funções, subfunções e programas por projeto atividade;
 5. Funções, subfunções e programas por vínculo;
 6. Demonstrativo da despesa por órgão e funções;
 7. Detalhamento da despesa;
 8. Total de orçamento fiscal e seguridade social.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DIVÍDA MUNICIPAL

Art. 15º. O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a ser incluído na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir programas de operações de crédito.

Art. 16º. O Projeto de lei orçamentária poderá incluir na composição total da receita recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art.167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 17º. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação da receita, desde que observado o disposto no art.38, da Lei Complementar 101/2000.

Art.18º. As despesas com o serviço da dívida do Município deverão considerar apenas as operações contratadas e as propriedades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do Encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art.19º. O Orçamento Fiscal obedecerá obrigatoriamente aos princípios da unidade, universalidade e anualidade.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



Art.20º. O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas do Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades e bem assim do Poder Legislativo.

§ 1º. Serão excluídos do Orçamento Fiscal os órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento da Seguridade Social.

Art.21º. O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes, órgãos e fundos da Administração Direta, vinculados a áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social e da Lei Orgânica do Município.

Art.22º. O Orçamento de investimento previsto na Lei Orgânica do Município detalhará individualmente por categoria de programação e natureza da despesa as aplicações destinadas às Despesas de Capital, constantes da presente Lei.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art.23º. As despesas com o pessoal da Administração Direta e Indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida; sendo 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo, atendendo ao disposto no inciso III, §§ 1º e 2º do Art.20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como as disposto no Art.182 da Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município.

§ 1º. A verificação dos cumprimentos dos limites estabelecidos nos supramencionados Arts.19 e 20 da Lei Complementar 101/2000 será realizada final de cada quadrimestre.

§ 2º. Entendem-se como Receita Corrente Líquida para efeitos de limites do presente artigo, o somatório das Receitas Correntes da Administração Direta e Indireta excluída as Receitas relativas à contribuição dos servidores para custeio do sistema de Previdência e Assistência Social, conforme inciso IV, letra c do art.2º da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000.

§ 3º. O limite estabelecido para Despesas de Pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da Administração Direta e Indireta, nas seguintes despesas:

- I. Salários (vencimentos e vantagens fixas e variáveis);
- II. Obrigações Patronais (encargos sociais);
- III. Proventos de aposentadorias, reformas e pensões;
- IV. Subsídio de Prefeito e Vice-Prefeito;
- V. Subsídios dos Vereadores;
- VI. Outras Despesas de Pessoal.

§ 4º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão, a qualquer título, pelo órgão ou entidades da Administração Direta, Autarquias e Fundações, só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas até o final do Exercício Financeiro e obedecerão ao limite do caput deste artigo.

§ 5º. Os valores dos Contratos de Terceirização de Mão de Obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 6º. O pagamento de precatórios judiciais deverá obedecer aos preceitos e regras capituladas na Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000.

Art. 24º. Fica autorizada a concessão de ajuda financeira a entidades sem fins lucrativos reconhecidas de utilidade pública; a pessoas físicas - carentes, mediante processo interno, nas áreas de educação, saúde e assistência social.

§ 1º. Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo, dos Planos de Aplicação apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 2º. Os prazos para a prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do Plano de Aplicação, não podendo ultrapassar aos 30 (trinta) dias do encerramento do Exercício Financeiro.

§ 3º. Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal

SEÇÃO I

DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O REPASSE À CÂMARA

Art. 25º. A liberação de recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas as despesas de Poder Legislativo Municipal ocorrerão conforme o disposto no art.29 da Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Parágrafo Único. O Poder Executivo repassará ao Poder Legislativo, até o dia 20 (vinte) de cada mês 7% (sete por cento) de sua receita, relativa ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art.153 e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício anterior, excluindo-se os valores de convênios, alienações de bens, fundo especial e operações de crédito, desde que aprovado por lei específica tornando este poder independente.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art.26º. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2024 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base tributária e consequentemente aumento das receitas próprias.

Art. 27º. A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara propostas de alterações na Legislação Tributária, verificada a necessidade ou conveniência administrativa, visando a:

- I. Adequação das alíquotas dos tributos Municipais;
- II. Priorização dos tributos diretos;
- III. Aplicação da justiça fiscal;
- IV. Atualização das taxas;
- V. Reformulação dos procedimentos necessários a cobrança dos tributos municipais.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28º. O Poder Executivo enviará até o dia 30 (trinta) de setembro do ano de 2022, o Projeto de Lei Orçamentária Anual, a Câmara Municipal, que apreciará até o final da Sessão Legislativa devolvendo-o a seguir para sanção.

Parágrafo Único. Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção, até o início do Exercício Financeiro de 2024, fica o Executivo Municipal autorizado a adotar a Lei Orçamentária em vigor como proposta orçamentária, nos termos do Parágrafo Único do art.34 da Constituição Estadual.

Art. 29º. Considerando o disposto no art.16, inciso VIII, do anexo I do decreto nº 6.081, de 12 de abril de 2007, que confere à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão SOF/MP a competência de estabelecer a classificação da receita e da despesa e a Portaria-Conjunta STN/SOF nº2, de 6 de agosto de 2009 que padronizar os procedimentos contábeis orçamentários nos três níveis de governo, de forma a garantir a consolidação das contas na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio e 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.30º. A Lei Orçamentária Anual será sancionada até 31 de dezembro de 2023 acompanhada do Quadro de detalhamento de Despesa- Q.D.D., especificando por órgão, os projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos com valores devidamente atualizados.

§ 1º. As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão o Quadro de Detalhamento de Despesas, observados os limites fixados na Lei Orçamentária.

- I. Os Projetos de Lei Orçamentários Anuais e de Créditos Adicionais, bem como suas propostas de modificação referidas na Lei Orgânica do Município, serão apresentados com a forma e o detalhamento de despesa estabelecida nesta Lei.
- II. Os Decretos de Abertura de Créditos Suplementares autorizados na Lei Orçamentária Anual serão acompanhados, na sua publicação, da especificação das dotações neles contidos e das fontes de recursos que os atenderão.

§ 2º. Fica autorizada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

Art.31º. Efetuar com estrita observância a emissão de relatórios e demonstrativos em cumprimento de prazos, limites de aplicação de recursos de conformidade com as disposições do art.63 da Lei Complementar nº 101/2000 - de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

(Continua na página seguinte)



LDO 2025

SÃO JOÃO DA FRONTEIRA - PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



Art.32°. São vedados quaisquer procedimentos no âmbito do sistema de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução da despesa sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art.33°. Fica o Poder Executivo e Legislativo autorizado a realizar concurso público para preenchimento de vagas e cargo no âmbito da administração municipal, observados os limites constantes do artigo 23 da presente Lei.

Art.34°. A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras e oficiais de fomento.

Art.35°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.36°. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João da Fronteira – PI, em 11 de julho de 2024.

Antonio Erivan Rodrigues Fernandes
Antonio Erivan Rodrigues Fernandes.
Prefeito Municipal

Esta Lei foi aprovada por unanimidade dos pares presentes na Seção Ordinária de nº 09/2024, do dia 28 de junho de 2024, sancionada e numerada com o nº 261/2024, registrada e divulgada no Diário Oficial das Prefeituras.

Luís Marcelo Uchoa de Sousa
LUÍS MARCELO UCHOA DE SOUSA
Secretário Municipal de Administração
CPF: 185.187.293-00

6. Inscrição da Dívida Ativa;

7. Manutenção da Unidade Municipal de Cadastro (ITR)

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FUNDO DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTERIO – FUNDEB

1. Construção, ampliação e reforma de escolas de ensino infantil e creches;
2. Aumento do número de convênios para atendimento de crianças em creches;
3. Desenvolvimento do BRALF– Programa Brasil alfabetizado;
4. Criação e desenvolvimento de unidades de atendimento aos alunos portadores de deficiências;
5. Ampliação do atendimento do transporte escolar;
6. Construção de uma Biblioteca Pública, com parcerias com Órgãos Afins;
7. Manutenção de Biblioteca Pública;
8. Manutenção do Ensino Fundamental;
9. Manutenção do Ensino Infantil;
10. Construção, Reforma e Ampliação de Escolas de Ensino Fundamental;
11. Construção, Ampliação e Reforma de Creches;
12. Construção, Ampliação e Reforma de Quadra Esportiva;
13. Aquisição de Equipamentos;
14. Manutenção e aquisição de Veículo;
15. Aquisição de um laboratório e Ciências;
16. Implantação do Recreio nas férias;
17. Desenvolvimento da formação continuada;
18. Informatização das Escolas Municipais;
19. Construir e equipar o Prédio da Secretaria de Educação;
20. Treinamento e Capacitação de Pessoal;
21. Manutenção da Merenda Escolar - PNAE;
22. Manutenção do Transporte Escolar - PNAT;
23. Manutenção do Salário Educação - QSE;
24. Manutenção de PDDE;
25. Manutenção do EJA;
26. Construção de um Centro para eventos;
27. Manutenção do Departamento de Cultura;
28. Incentivo as Atividades Sociais, Culturais e Religiosas no Município;

06. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E LAZER

1. Construção, manutenção e restauração de Campos e Estádio de Futebol;
2. Construção manutenção e restauração de Quadras e Ginásio Poliesportivo;
3. Aquisição de Materiais Esportivos;
4. Manutenção do Departamento Esportivo;
5. Criação do Copão urbano e rural de futebol.
6. Incentivo ao esporte amador;
7. Implantação do Programa Esporte Cidadania.
8. Implantação de projetos de esporte e lazer destinados a crianças e adolescentes;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



ANEXO DE PRIORIDADES DA LEI Nº 261 DE 11 DE JULHO DE 2024.

01. CAMARA MUNICIPAL

1. Construção, Reforma e Ampliação do Prédio Câmara Municipal;
2. Aquisição de equipamentos e material permanente;
3. Manutenção das atividades da Câmara Municipal;

02. GABINETE DO PREFEITO

1. Aquisição de equipamentos para Gabinete do Prefeito;
2. Construção, Reforma e Ampliação do Prédio da Prefeitura;
3. Aquisição de um veículo;
4. Contribuição a Entidade de Classe;
5. Manutenção da Segurança Pública.
6. Manutenção de Diversas Atividades
7. Assessoria Jurídica
8. Assessoria de Imprensa

03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

1. Informatização dos Setores;
2. Formação de Recursos Humanos;
3. Dar continuidade do processo administrativo;
4. Aquisição de equipamentos para Secretaria de Administração;
5. Telefonia Celular;
6. Telefonia Rural;
7. Manutenção dos Sistemas Telefônicos;
8. Manutenção dos Serviços Postais
9. Implantação de Planos de Carreiras para diversas categorias de servidores
10. Implantação do SIAFIC e padronização do sistema único e integrado e execução orçamentária, administrativa, financeira e controle nos termos do decreto federal de nº 10.540/2020.

04. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

1. Manutenção das atividades da manutenção das finanças;
2. Incentivo financeiro para deslocamento da sede para interior e vice-versa quando necessário;
3. Revisão periódica das perdas salariais de cada categoria de servidor público;
4. Planejamento, elaboração e avaliação de planos de desenvolvimento, investimentos, orçamento-programa e projetos;
5. Arrecadação, cobrança e fiscalização tributária;

9. Promoção ao Turismo;

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE – FMS

1. Aquisição de Equipamentos para Secretaria de Saúde;
2. Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
3. Construção de novos postos de saúde na zona rural;
4. Construção de um aterro sanitário;
5. Ampliação da Oferta de Serviços de Saúde;
6. Ampliação e Reforma de Postos de Saúde zona rural e urbana;
7. Manutenção das ações Básicas de Saúde
8. Manutenção do PACS;
9. Manutenção do E C D
10. Manutenção do PSF;
11. Manutenção do PSE;
12. Aquisição de equipamentos para o Setor de Saúde
13. Instalação de Unidades Sanitárias Domiciliares;
14. Manutenção das Ações Básicas de Saúde Bucal;
15. Manutenção das Ações Básicas de Vigilância Sanitária;
16. Aquisição e Manutenção de Veículos;
17. Aquisição de Equipamentos médicos, odontológicos e hospitalares;
18. Campanhas educativas e preventivas;
19. Disponibilizar transporte de pessoas doentes para posto de saúde ou Unidade Mista de Saúde;
20. Controle e combate a desnutrição;
21. Construção de novos Postos de Saúde zona rural e urbana.
22. Viabilizar uma casa de apoio na capital para abrigar os pacientes que necessitem de atendimento médico.
23. Firmar parcerias com clínicas particulares para atender as pessoas que estiverem cadastradas nos Programas Sociais do Governo Federal e necessitem fazer algum tipo de exame.
24. Garantir à população acesso gratuito aos medicamentos essenciais – Farmácia Básica.
25. Construção de (01) um Aterro Sanitário.

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS

1. Geração de emprego e Renda;
2. Transferências de recursos para entidades conveniadas
3. Implantação de Novos Programas de Assistência Social
4. Manutenção da Secretaria de Assistência Social;
5. Manutenção do PETI;
6. Manutenção do PAC – PSB Família;
7. Transferências de recursos para entidades conveniadas.
8. Implantação do programa de Hortas Comunitárias.

(Continua na página seguinte)



LDO 2025

SÃO JOÃO DA FRONTEIRA - PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



9. Incentivo a formação de cooperativas e associações.
10. Criação do Setor Único de Identificação Pessoal – SUIP.
11. Implantação do programa Prefeitura e o Povo.
12. Promoção de audiências Públicas.
13. Implantação de um núcleo de atendimento as pessoas especiais - APAE

09. CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

1. Manutenção do Controle Interno;
2. Aquisição de equipamentos para Controladoria Geral;

10. SECRETARIA DE AGRICULTURA E COMERCIO

1. Assistência ao Pequeno Produtor;
2. Incentivo ao Plantio de Plantas Frutíferas;
3. Incentivo a apicultura e avicultura;
4. Comercialização de produtos agrícolas;
5. Aquisição de equipamentos mecanizados
6. Aquisição de um trator.
7. Incentivo a Aragem
8. Incentivo na agricultura com a distribuição de sementes.
9. Incentivo a ovino caprino cultura.
10. Manutenção e incentivo do comercio

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

1. Manutenção da Comunicação Municipal;
2. Aquisição de equipamentos para Comunicação Social;

12. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1. Construção, ampliação e Manutenção de Prédios Municipais;
2. Aquisição de equipamentos para setor de Serviços Urbanos;
3. Implementação de Projetos Urbanos em Avenidas;
4. Construção, ampliação e manutenção de Praças Públicas zona rural e urbana;
5. Construção, ampliação e manutenção da pavimentação de vias, avenidas e estradas vicinais;
6. Construção e/ou recuperação de Unidades Habitacionais em parcerias com outras esferas de governo;
7. Construção, Ampliação e manutenção de cemitérios públicos;
8. Melhorar os cemitérios públicos com Instalações adequadas;
9. Implantação e manutenção da rede Elétrica nas zonas rurais e urbanas;
10. Implantação e manutenção de redes hidráulicas nas zonas rurais e urbanas;
11. Aquisição de Equipamentos para Abastecimento D'água;
12. Construção e recuperação de açude e Barragem;
13. Construção, ampliação e Manutenção de Lavanderias públicas;

14. Construção Restauração de Galerias, Esgotos e canais de Drenagem;
15. Perfuração de Poços Tubulares;
16. Manutenção de motores estacionários;
17. Construção do Sistema de Distribuição;
18. Construir e equipar um matadouro Público;
19. Construir Casa de Farinha;
20. Construção de (01) um Auditório;
21. Aquisição de Transporte;
22. Manutenção dos serviços de limpeza pública;
23. Aquisição de Equipamento para Limpeza Pública;
24. Construção, Restauração e Manutenção de estradas Municipais;
25. Aquisição de Equipamentos;
26. Construção, Restauração de Pontes, pontilhões e Bueiros;
27. Construção de Passagem Molhada;
28. Construção manutenção e reforma do Mercado público Municipal.

13. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE

1. Manutenção do Transporte Municipal;
2. Aquisição de Veículos.

14. SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

1. Incentivo a Defesa Civil
2. Aquisição de Equipamentos para Defesa Civil

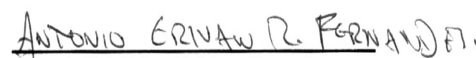
15. FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. Manutenção do fundo da Criança e do Adolescente
2. Apoio à criança e ao Adolescente
3. Aquisição de equipamentos/materiais

16. FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA

1. Manutenção do fundo da Pessoa Idosa
2. Apoio ao Idoso
3. Aquisição de equipamentos/materiais

Gabinete do Prefeito Municipal de São João da fronteira – PI, em 11 de julho de 2024.


Antônio Erivan Rodrigues Fernandes
Prefeito Municipal

(Continua na página seguinte)



LDO 2025

SÃO JOÃO DA FRONTEIRA - PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
Demonstrativo I – Metas Anuais Art.4º § 1º LRF

ANEXO DE METAS FISCAIS PARA 2024						
METAS	2023	2024	2025	2023	2024	2025
RECEITA TOTAL	28.955.309,75	29.632.864,00	30.462.584,19	28.839.488,51	29.506.227,83	30.353.789,25
RECEITAS PRIMARIAS	28.955.309,75	29.632.864,00	30.462.584,19	28.839.488,51	29.506.227,83	30.353.789,25
DESPESA TOTAL	28.737.076,89	29.409.524,49	30.232.991,17	28.622.128,58	29.283.842,76	30.125.016,21
DESPESAS PRIMARIAS	28.737.076,89	29.409.524,49	30.232.991,17	28.622.128,58	29.291.886,39	30.125.016,21
RESULT. PRIMÁRIO	211.394,68	216.341,32	222.398,87	210.549,10	215.475,95	221.604,59
RESULT. NOMINAL	447.572,92	458.046,13	470.871,42	445.782,63	456.213,94	469.189,73
DÍVIDA PUB CONSOLIDADA	2.709.211,73	2.772.607,28	2.850.240,29	2.698.374,88	2.760.758,54	2.840.060,86
DÍVIDA CONSOLIDADA LIQ	1.239.483,66	1.268.487,58	1.304.005,23	1.234.525,73	1.263.066,69	1.299.348,07

Nota : O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macro-econômico

VARIAVEIS	2023	2024	2025
PIB real	2,5000%	2,3400%	2,8000%

Metodologia de cálculo: receitas primaria total = receita primaria correntes + receita de capital (-operação de credito - amortização de empréstimo-alienação de bens), despesa primaria total = despesa primaria corrente – juros e encargos da dívida + despesa de capital.

ANTONIO ERIVAN RODRIGUES
FERNANDES:34309608353

Antônio Erivan Rodrigues Fernandes

ANTONIO DE PADUA BEZERRA
PEREIRA:28681410300

Antônio de Pádua Bezerra Pereira



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



Prefeito Municipal

Contador CRC-PI 4.197/0-5

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
Demonstrativo II – Art.4º, § 2º, inciso I da LRF

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR					
ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS		VARIAÇÃO
	2022	%PIB	2023	%PIB	
RECEITA TOTAL	20.604.550,33	2,9000%	28.955.309,75	2,5000%	
RECEITAS PRIMARIAS	20.604.550,33		28.955.309,75		
DESPESA TOTAL	20.118.806,99		28.737.076,89		
DESPESAS PRIMARIAS	20.118.806,99		28.737.076,89		
RESULTADO PRIMÁRIO	485.743,34		211.394,68		
RESULTADO NOMINAL	485.743,34		447.572,92		
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	2.921.254,33		2.709.211,73		
DÍVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	2.215.254,44		1.239.483,66		

ANTONIO ERIVAN RODRIGUES
FERNANDES:34309608353

Antônio Erivan Rodrigues Fernandes
Prefeito Municipal

ANTONIO DE PADUA BEZERRA
PEREIRA:28681410300

Antônio de Pádua Bezerra Pereira
Contador CRC-PI 4.197/0-5

(Continua na página seguinte)

LDO 2025

SÃO JOÃO DA FRONTEIRA - PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA - PI



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Demonstrativo III- Art.4º, § 2º, inciso II da LRF

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES										
METAS	2021		2022		2023		2024		2025	
RECEITA TOTAL	20.604.550,33		20.604.550,33		28.955.309,75		29.632.864,00		30.462.584,19	
RECEITAS PRIMARIAS	20.604.550,33		20.604.550,33		28.955.309,75		29.632.864,00		30.462.584,19	
DESPESA TOTAL	20.118.806,99		20.118.806,99		28.737.076,89		29.409.524,49		30.232.991,17	
DESPESAS PRIMARIAS	20.118.806,99		20.118.806,99		28.737.076,89		29.409.524,49		30.232.991,17	
RESULTADO PRIMÁRIO	485.743,34		485.743,34		211.394,68		216.341,32		222.398,87	
RESULTADO NOMINAL	485.743,34		485.743,34		447.572,92		458.046,13		470.871,42	
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	3.202.888,75		2.921.254,33		2.709.211,73		2.772.607,28		2.850.240,29	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	4.878.102,85		2.215.254,44		1.239.483,66		1.268.487,58		1.304.005,23	
METAS	2021	PIB	2022	PIB	2023	PIB	2024	PIB	2025	PIB
RECEITA TOTAL	20.604.550,33	1,3200%	20.604.550,33	2,9000%	28.955.309,75	2,5000%	29.506.227,83	2,3400%	30.353.789,25	2,8000%
RECEITAS PRIMARIAS	20.604.550,33		20.604.550,33		28.955.309,75		29.506.227,83		30.353.789,25	
DESPESA TOTAL	20.118.806,99		20.118.806,99		28.737.076,89		29.122.602,30		29.938.035,16	
DESPESAS PRIMARIAS	20.118.806,99		20.118.806,99		28.737.076,89		29.283.842,76		30.125.016,21	
RESULTADO PRIMÁRIO	485.743,34		485.743,34		211.394,68		215.416,78		221.604,59	
RESULTADO NOMINAL	485.743,34		485.743,34		447.572,92		456.088,66		469.189,73	
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	3.202.888,75		2.921.254,33		2.709.211,73		2.760.758,54		2.840.060,86	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	4.878.102,85		2.215.254,44		1.239.483,66		1.263.066,69		1.299.348,07	
Nota:										
O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macro-econômico										
VARIÁVEIS	2021	PIB	2022	PIB	2023	PIB	2024	PIB	2025	PIB
PIB real		1,3200%		2,9000%		2,5000%		2,3400%		2,8000%

ANTONIO ERIVAN RODRIGUES
FERNANDES: 34309608353
Assinado digitalmente por ANTONIO ERIVAN RODRIGUES FERNANDES SAKOBEKOS
DN: cn=ANTONIO ERIVAN RODRIGUES FERNANDES SAKOBEKOS, o=PI, ou=PI-Brasil, ou=Secretaria de Planejamento, email=ANTONIOERIVANRODRIGUES@GMAIL.COM
Data: 2024.04.24 15:42:45 -03'00'

Antônio Erivan Rodrigues Fernandes
Prefeito Municipal

ANTONIO DE PADUA BEZERRA
PEREIRA: 28681410300
Assinado digitalmente por ANTONIO DE PADUA BEZERRA PEREIRA 28681410300
DN: cn=ANTONIO DE PADUA BEZERRA PEREIRA 28681410300, o=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Certificado PP A1, email=antonio.pereira286@gmail.com
Data: 2024.04.24 15:38:40 -03'00'

Antônio de Pádua Bezerra Pereira
Contador CRC-PI 4.197/0-5

(Continua na página seguinte)

**LDO 2025****SÃO JOÃO DA FRONTEIRA - PI**

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
Demonstrativo IV – Art. 4º. § 2º, inciso III da LRF

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio /Capital	15.070.232,06		12.635.012,07		18.026.004,08	
Reservas						
Resultado Acumulado	15.070.232,06		12.635.012,07		18.026.004,08	

Assinado digitalmente por ANTONIO ERIVAN RODRIGUES FERNANDES:34309608353
Data: 2024.04.24 10:42:58 -0500

Antônio Erivan Rodrigues Fernandes
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por ANTONIO DE PADUA BEZERRA PEREIRA:28681410300
Data: 2024.04.24 15:39:53 -0500

Antônio de Pádua Bezerra Pereira
Contador CRC-PI 4.197/0-5



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
Demonstrativo V – Metas Anuais Art.4º § 2º, inciso III da LRF

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

RECEITAS REALIZADAS	2021	2022	2023
Receita de Alienação de Ativos	SEM MOVIMENTO		
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
TOTAL			
DESPESAS LIQUIDADAS	2021	2022	2023
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS DESPESA DE CAPITAL	SEM MOVIMENTO		
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
TOTAL			
SALDO FINANCEIRO	SEM MOVIMENTO		

Nota: Não houve receita e nem despesas proveniente da alienação de ativo.

Assinado digitalmente por ANTONIO ERIVAN RODRIGUES FERNANDES:34309608353
Data: 2024.04.24 10:42:58 -0500

Antônio Erivan Rodrigues Fernandes
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por ANTONIO DE PADUA BEZERRA PEREIRA:28681410300
Data: 2024.04.24 15:40:09 -0500

Antônio de Pádua Bezerra Pereira
Contador CRC-PI 4.197/0-5

(Continua na página seguinte)

LDO 2025

SÃO JOÃO DA FRONTEIRA - PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
Demonstrativo VI – Art..4º § 2º, inciso IV da LRF

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023
RECEITAS PREVIDENCIARIAS	SEM MOVIMENTO		
CORRENTES			
CAPITAL			
DESPESAS PREVIDENCIARIA			
CORRENTES			
CAPITAL			
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			

ANTONIO ERIVAN RODRIGUES
FERNANDES:34309608353

Assinado digitalmente por ANTONIO ERIVAN RODRIGUES FERNANDES
DN: c=BRITANICO, o=ERIVAN RODRIGUES FERNANDES, ou=PI, ou=CP, email=antonioerivanfernandes@gmail.com, Date: 2024.04.24 15:45:09 -03'00'

Antônio Erivan Rodrigues Fernandes
Prefeito Municipal

ANTONIO DE PADUA BEZERRA
PEREIRA:28681410300

Assinado digitalmente por ANTONIO DE PADUA BEZERRA PEREIRA:28681410300
DN: c=BRITANICO, o=ANTONIO DE PADUA BEZERRA PEREIRA, ou=PI, ou=CP, email=antonioerivanfernandes@gmail.com, Date: 2024.04.24 15:45:21 -03'00'

Antônio de Pádua Bezerra Pereira
Contador CRC-PI 4.197/0-5



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
Demonstrativo VIII – Art..4º § 2º, inciso V da LRF

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS	
EVENTO	2025
Aumento Permanente da Receita	R\$ 3.000.000,00
(-) Transferencia Constitucionais	R\$ 0,00
(-) Transferencia ao FUNDEB	R\$ 500.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita	R\$ 2.500.000,00
Redução Permanente de Despesas	R\$ 0,00
Margem Bruta	R\$ 2.500.000,00
Saldo Utilizado	R\$ 0,00
Impacto de novas DOCC	R\$ 1.000.000,00
Margem Liquida de Expansão de DOCC	R\$ 1.500.000,00

ANTONIO ERIVAN RODRIGUES
FERNANDES:34309608353

Assinado digitalmente por ANTONIO ERIVAN RODRIGUES FERNANDES
DN: c=BRITANICO, o=ERIVAN RODRIGUES FERNANDES, ou=PI, ou=CP, email=antonioerivanfernandes@gmail.com, Date: 2024.04.24 15:45:43 -03'00'

Antônio Erivan Rodrigues Fernandes
Prefeito Municipal

ANTONIO DE PADUA BEZERRA
PEREIRA:28681410300

Assinado digitalmente por ANTONIO DE PADUA BEZERRA PEREIRA:28681410300
DN: c=BRITANICO, o=ANTONIO DE PADUA BEZERRA PEREIRA, ou=PI, ou=CP, email=antonioerivanfernandes@gmail.com, Date: 2024.04.24 15:45:53 -03'00'

Antônio de Pádua Bezerra Pereira
Contador CRC-PI 4.197/0-5

(Continua na página seguinte)



LDO 2025

SÃO JOÃO DA FRONTEIRA - PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
Demonstrativo VIII – Art.4º § 2º, inciso V da LRF

RENUNCIA DE RECEITA PREVISTA

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	2022	2023	COMPENSAÇÃO
SEM MOVIMENTO					
TOTAL					

Obs: No Município não houve renúncia de receita.

ANTONIO ERIVAN RODRIGUES
FERNANDES:34309608353

Antônio Erivan Rodrigues Fernandes
Prefeito Municipal

ANTONIO DE PADUA BEZERRA
PEREIRA:28681410300

Antônio de Pádua Bezerra Pereira
Contador CRC-PI 4.197/0-5



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
CNPJ 01.612.608/0001-30
Rua São Paulo, 611 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA – PI



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2025
ART. LRF, art.4º, § 3º

PASSIVOS CONTINGENTES

PROVIDÊNCIAS

Descrição	Valor	Descrição	Valor
Assistência diversas	1.000.000,00	Abertura de crédito adicional a partir da reserva de contingência	300.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Salário mínimo	500.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas	1.300.000,00
Sentenças judiciais	150.000,00		
Frustração da receita	200.000,00	Limitação de Empenho	250.000,00
TOTAL	1.850.000,00	TOTAL	1.850.000,00

ANTONIO ERIVAN RODRIGUES
FERNANDES:34309608353

Antônio Erivan Rodrigues Fernandes
Prefeito Municipal

ANTONIO DE PADUA BEZERRA
PEREIRA:28681410300

Antônio de Pádua Bezerra Pereira
Contador CRC-PI 4.197/0-5